

**ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA POLIERG - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CHEGADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2016 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6.705/2016, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE TUBO DE POLIETILENO.**

Às quinze horas do dia dezessete de agosto do ano dois mil e dezesseis, nas dependências da sala de reuniões do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do município de Sorocaba, situada à Avenida Pereira da Silva, nº 1.285, Jardim Santa Rosália, nesta cidade de Sorocaba, reuniu-se a Pregoeira e equipe de apoio do SAAE, para realizarem os trabalhos de julgamento da IMPUGNAÇÃO interposta ao Pregão Eletrônico em epígrafe.

Iniciados os trabalhos, foi constatado que os reclamos apresentados chegaram aos autos a bom tempo, conforme demonstra e-mail às fls. 146, motivos pelos quais são conhecidos pelos senhores julgadores.

Passando-se a análise das razões apresentadas pela POLIERG - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., a mesma, em síntese, quer impugnar o que consta no item 1.2 do edital, onde é determinada a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame, pois, alega que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são apenas revendedoras desses produtos e que as marcas mais tradicionais não se enquadram como ME ou EPP.

Primeiramente, quanto ao princípio da isonomia, Joel de Menezes Niebuhr diz que:

***“o que determina se dada exigência é compatível ou incompatível com o princípio da isonomia é o interesse público. Se a exigência for amparada e justificada em interesse público, ainda que desigule pessoas e situações, será legítima, sem impor qualquer sorte de agravos ao princípio da isonomia.”***

Quanto a vantajosidade, imperioso ressaltar que o próprio escopo do legislador foi fomentar a atividade empresarial desse segmento e, para tanto, sopesando valores, entendeu mais adequado estabelecer prioridade às ME/EPPs que buscar a proposta mais vantajosa, haja vista o § 3º do artigo 48.

Noutro cenário, o argumento de que as microempresas e empresas de pequeno porte são apenas revendedoras e que as marcas mais tradicionais em sua maioria não se enquadram nessa categoria também não socorre a impugnante, isso porque já na pesquisa de preços há orçamentos de três

empresas destas categorias, afastando assim a exceção do inciso II, do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006. A pesquisa de preços também afasta o argumento de que não há microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no local ou regionalmente e também o sobre o portal da ABPE Brasil.

Além disso, ao que tudo indica, na fase externa, com a ampla divulgação do edital, outras empresas de pequeno porte e microempresas sediadas no local ou regionalmente tomarão ciência do presente processo licitatório e poderão comparecer à sessão pública a ser oportunamente realizada.

Portanto, com base no parecer da Assessoria Técnica, ficando claro que não houve nenhuma ofensa às disposições legais e nem mesmo a qualquer outro dispositivo a prejudicar os licitantes, eis que esta Administração agiu dentro de todos os ditames legais e calcada em todos os princípios que sempre nortearam seus atos, resolve esta Pregoeira conhecer da impugnação, mas negar-lhe provimento mantendo as condições constantes no Edital, devendo os autos ser encaminhados ao senhor Diretor Geral da Autarquia para que, à vista de todo o processado, promova o efetivo julgamento dos reclamos em questão, homologando ou não o julgamento efetivado pelo Pregoeiro.

Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata, que segue assinada pela Pregoeira e equipe de apoio deste Pregão Presencial, para que surtam os efeitos de fato e direito desejados.

Cátia Regina Pereira Tardelli  
Pregoeira

Raquel de Carvalho Messias  
Apoio